

A religiosidade presente no processo de formação do MST do Paraná: As relações entre CPT e MST (Déc. 80-90)

João Carlos Corso

Este projeto tem como objetivos: analisar a influência da religiosidade no processo de formação do MST; compreender o papel desempenhado pela religiosidade na luta pela terra; investigar as relações existentes entre a mística do MST e a teologia da Libertação; entender as relações existentes entre CPT e MST no Estado do Paraná.

O tema proposto para a pesquisa torna-se relevante devido ao grande destaque que o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) tem conseguido nas últimas décadas (80/90) no Brasil e no mundo, pois é um dos poucos Movimentos Sociais a ter expressão no contexto da economia globalizada. Porém, não se pode entender o MST Isoladamente, pois o mesmo surgiu ligado as organizações camponesas e também a partir da prática da Igreja Progressista (Ala da Igreja Católica e de outras Igrejas Cristãs com postura progressista), mais especificamente a partir do trabalho pastoral da CPT (Comissão Pastoral da Terra).

O que pretendo é possibilitar uma compreensão das ações do MST não pelos resultados políticos e/ou econômicos, mas na sua relação com a religiosidade. Como também, entender como este se relaciona com a Igreja enquanto instituição. A cultura popular valoriza o simbolismo religioso e seria complicado admitir, a primeira vista, que as pessoas se engajam no MST visando à conquista de um pedaço de terra somente por meio de convencimento político ou ideológico. Não se trata de verificar se há um certo messianismo no MST, mas de contribuir para a melhor compreensão da história deste movimento social e sua relação com a religiosidade. No meio rural é significativo o papel da religião. Neste sentido pretendo compreender como a prática religiosa esta presente no MST e que papel desempenha na sua práxis.

A Igreja enquanto instituição, desde sua aliança com o Imperador Constantino, no século IV, adquiriu poder não só religioso mais também político e econômico, além de grande

crescimento no número de adeptos. Seu poder cresceu tanto na Idade Média que se tornou a principal religião da Europa. A Igreja começou a se relacionar com a problemática agrária durante a Medievalidade, passando a ser uma das principais concentradoras das terras da Europa. Sem contar que o Sistema Feudal, implantado na Europa Cristã se sustentava através da ideologia da Cristandade, a qual mantinha os servos passivos frente ao poder da exploração dos senhores.

Esta forma de conduzir as coisas, muitas vezes se colocando no lugar do Estado, foi trazida para América Católica. Durante a colonização do Brasil, a Igreja desempenhou um papel importante, suas práticas ajudavam a efetivar a exploração, sobre os indígenas, negros e pobres, como também a manter o poder dos portugueses. Segundo Medina¹: “A Igreja, através da sua história, e, especialmente, nos últimos séculos, não só tem suas raízes no meio rural, se não que também tenha se fundamentado doutrinariamente numa visão considerada atrasada, reproduzindo valores e comportamentos do mundo e da cultura feudal” (1991: 29).

A construção da Colônia brasileira se deu por meio da Cruz e da Espada, os quais foram os meios utilizados pelos portugueses para implantar na Colônia seu modelo de exploração. A Cristandade, do período colonial, foi erguida por meio do autoritarismo.

Já no Século XIX, a Igreja, tendo percebido que a população começou a formar costumes próprios, devoções, rezas, peregrinações, passou-se a centralizar o poder na hierarquia, através do processo de romanização.

Pode-se até concluir que nos quatro primeiros séculos da história do Brasil, ou ainda até a metade do Século XX, a postura da Igreja esteve voltada para a defesa dos que tinham o poder, os grandes proprietários de terra. Tendo sido ela grande proprietária de terras. Poucas foram as vozes, dentro da Igreja, que se colocaram contra a forma como vinha sendo conduzida a questão agrária no período colonial. Mesmo assim é importante citar as Missões Indígenas, a qual é considerada como uma espécie de república comunista cristã dos guaranis. Apesar dos Jesuítas terem defendido os indígenas da escravidão, os mesmos se beneficiavam

com o trabalho indígena.

No caso de outros e movimentos sociais históricos como Canudos e também o Contestado, que também foram marcos de resistência ao modelo agrário imposto pelo Estado e baseado na grande propriedade, não houve vozes da hierarquia, mas a dos beatos, líderes populares, que tinham raízes no Catolicismo popular. A Igreja enquanto instituição não se manifestou em favor dos caboclos e sertanejos, mas as lideranças leigas sim. Somente na segunda metade do Século XX, a Igreja parece rever suas posições. Foi a partir desse período que se:

Constata o surgimento de grupos, movimentos e associações de leigos cristãos que com incentivo dos bispos, passam a conscientizar as populações carentes, usando o método ver, julgar, agir. Identificando-se com a esquerda politizada que renasceu após a Revolução Cubana. Frente às ações do Partido Comunista e de grupos marxistas, a Igreja investe em um trabalho social mais amplo (sindicatos, ligas camponesas, grupos de conscientização), e enfrenta a oposição de grupos tradicionais e conservadores da Igreja Católica que tem por preocupação manter a ordem e a propriedade privada (CORSO², 1998: 32).

A partir desse momento surge uma ala da Igreja Católica que passou a se preocupar com as questões sociais. Essa passou a ser conhecida como Igreja Progressista oposta a chamada Igreja Conservadora. A chamada Ação Católica passou a se preocupar com as diversas áreas da realidade, criando a JAC, JEC, JIC, JOC e JUC. A juventude agrária católica (JAC) trabalhava com jovens do meio rural, passando a desenvolver ações voltadas para as questões da terra e dos direitos trabalhistas.

A partir da década de 60 a Igreja progressista passou a ter como uma bandeira de luta: a reforma agrária. Porém, havia uma tensão interna na Igreja, pois a ideologia anticomunista era forte na ala conservadora e por esse motivo a Igreja enquanto instituição acabou apoiando o Golpe Militar de 1964.

Após o golpe militar, a Igreja e o Estado acabaram entrando em conflito, e como muitos membros da Igreja foram vítimas de tortura, da repressão militar, devido ao trabalho social que desenvolviam, a Igreja passou a ser uma das principais forças políticas contrárias ao regime

ditatorial. Deste modo também passando a cobrar do Estado a realização de uma reforma agrária.

É preciso ressaltar também as transformações ocorridas no interior da Igreja a partir do Concílio Vaticano II, como também das Conferências dos Bispos Latino Americanos de Medellín e Puebla. O Concílio Vaticano II promoveu algumas transformações nas ações da Igreja. Houve uma grande abertura para os desafios que o mundo lhe apresentou naquele momento e avançou em direção a uma posição mais progressista, passando a reconhecer a diversidade cultural, inclusive permitindo o surgimento da Teologia da Libertação.

Esse reconhecimento do pluralismo manifestou-se de maneira clara, com ênfase na adaptação da liturgia no Concílio Vaticano II. A substituição do latim pelo vernáculo, no rito romano, as diferentes expressões de adoração que se constituíram em elementos estruturais das diferentes culturas têm sido, de maneira geral, aceitos como novas formas de expressão (IOKO³, 1996: 23).

A Igreja promoveu grandes reformas, mas não alterou sua estrutura, ela fez adaptações para procurar manter seu rebanho, pois estava perdendo espaço para outros credos. A partir da década de sessenta (60) a Igreja do Brasil estava amparada a dar passos significativos no seu engajamento junto às questões sociais, isso graças aos documentos aprovados no Concílio Vaticano II.

Neste sentido, a Igreja do Brasil estava subsidiada em suas ações contra a ditadura e a favor dos pobres, como os trabalhadores do campo. Por isso esboçou alguma reação, mas nunca radicalizou contra o sistema. As determinações do Concílio Vaticano II davam instrumentos aos membros da Igreja para avançarem no entendimento das questões sociais e da participação nelas, bastava implementá-las (CORSO⁴, 1999: 56).

No Brasil a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) passou a ter suas ações descentralizadas, formaram-se regionais das pastorais, grupos de leigos, tais como: Comissão Justiça e Paz, Comissão Pastoral da Terra, Conselho Indigenista Missionário. Destaca-se ainda o surgimento das CEBS (Comunidades Eclesiais de Base).

O documento final da Conferência de Puebla reafirmou a conferência de Medellín e procurou aprofundá-lo. Inclusive surgiram críticas contra o sistema capitalista e a exploração sobre o continente latino-americano.

Em Puebla, redefiniu-se o caminho da Igreja na América Latina, recusando à preferência pelo poder, optando-se, de forma consciente e deliberada, pelos pobres e jovens, como ocorreu em Medellín. Mas foi uma opção pelos pobres reais, e materiais, e não uma opção pela concepção volátil. Em Puebla, houve ligação entre os pobres e a evangelização, concluiu-se que os pobres são os que têm a tarefa de anunciar o Evangelho de Jesus Cristo. (...) Na relação com os pobres, um dos pontos refere-se à recomendação de que se realize uma evangelização concreta, política. Daí a aproximação, entre os evangelizadores e as organizações políticas da América Latina. O outro é que a opção preferencial pelos pobres os aproxima dos movimentos populares, de índios, negros, mulheres, sem-terra, etc (IOKOI⁵, 1996: 61).

Pode-se notar nestes documentos um forte amparo nas idéias vindas da Teologia da Libertação, decorrente inclusive da assessoria prestada pelos teólogos que a defendiam. Esses documentos das Conferências Episcopais latino-americanas foram importantes, pois davam condições para que, no Brasil, a Igreja se aproximasse das questões sociais, bem como dos próprios movimentos sociais.

A Teologia da Libertação formulada por teólogos como Gustavo Gutierrez e Leonardo Boff, vem a ser a reflexão teológica “a partir dos pobres e em favor de sua libertação de toda miséria e exploração”. Libânio⁶ apresenta esta teologia da seguinte forma:

Ela é uma teologia sob a perspectiva particular do pobre e de sua libertação, em que o pobre ocupa o lugar central, de modo que o problema do pobre se transforma num problema de Deus (teologia). Tem como ótica primeira a fé positiva e como ótica segunda a experiência do oprimido. Constitui nova e necessária etapa na história da teologia. Articula a libertação ético-política e a libertação soteriológica. Assume posição de complementaridade crítica em relação às outras teologias desde o encontro com o pobre, como sujeito histórico (1993: 31).

Esta teologia surge enraizada no Cristianismo, mas interpretada por um viés marxista. O que, a princípio, parece contraditório, mas que foi algo original criado na América Latina e que passou a servir de amparo teórico para muitas ações da Igreja. Uma dessas ações foi chamada de Pastoral Social, a CPT é um exemplo dessas ações.

Com o envolvimento de lideranças da Igreja, leigos, padres e religiosos (as) no trabalho social, a partir de 1960, surgiu a necessidade de formar pastorais relacionadas com os vários aspectos da problemática social brasileira. Em 1973 foi criado o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) devido às necessidades pastorais junto aos indígenas, como a demarcação de suas terras e os entraves com as ocupações de suas terras por fazendeiros e garimpeiros. Assim a problemática agrária passa a ser outra importante preocupação da Igreja, principalmente a partir do momento em que a Igreja rompeu com

o Estado e passou a pressionar o governo para que cumprisse o Estatuto da Terra. Devido a isso em 1975 foi formada a CPT (Comissão Pastoral da Terra), responsável pelo trabalho junto aos trabalhadores sem terra, posseiros, bóias-frias, pequenos agricultores (CORSO⁷, 1999: 60).

A CPT surgiu para fortalecer as ações dos agentes pastorais que desenvolviam seu trabalho no meio rural. Alguns dos principais objetivos da CPT são: “colaborar com os Cristãos no engajamento político-social a fim de que colaborem na transformação da sociedade; procurar dar apoio às lutas dos trabalhadores rurais; desenvolver uma conscientização evangélica comprometida com a justiça social; procurar valorizar a cultura dos oprimidos” (CORSO⁸, 1999: 62).

Segundo Marcelo de Barros Souza, o trabalho da CPT chegou a promover algumas reflexões sobre a questão agrária, que o mesmo chega a afirmar como “teologia da terra”. Ou seja, uma reflexão teológica direcionada para a terra, o que inclusive vai além da teologia da libertação.

Para entender melhor a proposta deste projeto é preciso ainda contextualizar o MST na história da questão agrária brasileira. Os conflitos no campo não surgem no século XX com o MST, mas desde a chegada dos Portugueses aqui por estas terras. Com o início da Colonização as terras passaram a ser propriedade do Estado português e os elementos que constituíram a estrutura da colonização foram o latifúndio, a monocultura de exportação e o trabalho escravo. Porém, foi neste cenário que iniciaram as reações, às vezes organizadas, às vezes espontâneas, mas que evidenciam que os indígenas, negros, mestiços e pobres não foram tão passivos diante da exploração. As principais reações ocorreram visando à possibilidade de acesso a terra e na maioria das vezes visando apenas a própria sobrevivência.

Por ser a terra um bem importante, muitas tem sido as lutas por sua posse ou propriedade ao longo da história brasileira e muitos são os envolvidos nas disputas; dentre eles podemos destacar os donos, proprietários legítimos, os posseiros, os invasores, os grileiros (os que possuem documentos falsos de propriedade). Portanto, de um lado, estão os donos de grandes porções de terras e, de outro, os chamados sem-terra, que por necessidade, má-fé ou ignorância questionam o direito de propriedade, reivindicando, ainda que sem consciência clara disso, o direito de morar e ter como sobreviver da terra (GANCHO⁹, 1991: 13).

Porém pode-se constatar que a luta pela terra perpassa toda a história do Brasil, isso se deu por conta do antagonismo gerado na formação do sistema colonial: de um lado um pequeno grupo de proprietários e de outro a grande maioria da população que ficou à margem de todo o processo. Dois eventos importantes dessa história foram as revoltas de Canudos e do Contestado.

Já a partir de 1950, as lutas camponesas passaram a ter apoio do Partido Comunista, que ajudou a formar os sindicatos rurais, inclusive conseguindo sua legalidade. A Igreja também passou a apoiar essas lutas por meio da Ação Católica e da JAC (Juventude Agrária Católica), mesmo que visando apenas não dar espaço aos marxistas, para que estes não influenciassem os camponeses com suas idéias.

Esse movimento de camponeses só se organizou como forma de luta legal a partir de 1950, quando surgiram as Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais, que organizaram os trabalhadores do campo e pressionaram o governo a promulgar leis, como o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra, visando solucionar os problemas mais urgentes da vida rural (ANDRADE¹⁰, 1987: 9-10).

As Ligas Camponesas foram no início apenas uma espécie de sociedade beneficente, porém, passando depois a ser uma das principais formas de organização dos camponeses. Elas organizavam greves, ocupações de propriedade e pressionavam para efetivação de um reforma agrária, na “lei ou na marra”, como dizia o seu lema. Este movimento teve força e expressão até o Golpe Militar de 1964, após o qual ficou complicado manter as organizações camponesas devido ao poder repressor do Estado. Durante a abertura democrática a partir de 1980, o governo militar possibilitou uma certa abertura política e isso deu início a reestruturação das organizações de trabalhadores rurais.

A abertura política iniciou-se nos governos Geisel e Figueiredo, quando as organizações dos trabalhadores passaram a se reestruturar e contaram com apoio de amplos setores da sociedade. O sindicalismo se fortaleceu e inclusive novas centrais sindicais surgiram. A partir desse novo contexto foi possível o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (PIRES¹¹, 1996: 31).

A partir de 1980 começou um trabalho de incentivo à criação de sindicatos de trabalhadores rurais e em 1984 foi criado o MST. Para a formação deste movimento se aliaram outros movimentos regionais de bóias-fria, posseiros, sem terra, barrageiros. Vale destacar que o MST foi criado em um encontro que ocorreu em Cascavel, no Paraná, em janeiro de 1984.

Aqui entramos na problemática deste projeto¹². Como se dá à relação entre o MST e a CPT? Se no passado a Igreja não se envolveu com a luta pela terra, como ela passou a agir por meio da CPT, com que interesses? Qual a influência da religiosidade na formação do MST? A CPT e o MST têm histórias de proximidades, talvez até se possa afirmar que o MST não existiria sem a ação da CPT.

¹ MEDINA, Alfredo Ferro. Dimensão política e religiosa das romarias da terra: o velho e o novo das romarias da terra. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

² CORSO, João Carlos. Romaria da Terra. Mapeamento e elementos de integração latino-americana (1981-1995). Monografia de Especialização, Guarapuava, Unicentro, 1998.

³ IOKOI, Zilda Gricoli. Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo, Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Hucitec, 1996.

⁴ CORSO, João Carlos. A mística da Terra: um estudo sobre a Romaria da Terra (Rio Bonito do Iguaçu – PR- 1997). Dissertação de Mestrado, Guarapuava, Unicentro-Unesp, 1999.

⁵ Ibidem IOKOI.

⁶ LIBÂNEO, João Batista; ANTONIAZZI, Alberto. Vinte anos de teologia da libertação na América Latina e no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1994.

⁷ Ibidem CORSO, 1999.

⁸ Ibidem.

⁹ GANCHO, Cândida Vilarés e outros. A posse da terra. São Paulo: 1991.

¹⁰ ANDRADE, Manoel Moreira. A Igreja e a Política no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.

¹¹ PIRES, Ariel José. Assentamento de sem-terra em Guarapuava: história e cotidiano. Dissertação de mestrado. Assis: UNESP, 1996.

¹² Este texto pretende apenas introduzir uma discussão a cerca do tema proposto.